

Boa noite, cumprimento à deputada Dirce Heiderscheidt e ao cumprimentá-la estendo meus cumprimentos às demais deputadas componentes da bancada feminina e todas as autoridades aqui presentes.

Um cumprimento especial também as representantes das entidades aqui homenageadas, as quais o CEDIM neste momento representa.

Senhoras, senhores, desde a elaboração da Carta das Nações Unidas, em 1945, tem-se realizado esforços para assegurar a proteção dos Direitos Humanos, baseados na dignidade, no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em 1948, a Declaração dos Direitos Humanos afirmou que os direitos dos homens são inalienáveis, universais e que não reconhecem qualquer diferença de gênero.

No entanto ainda que os princípios de não discriminação e de igualdade estejam presentes nos convênios e declarações desde a década de 1940, verifica-se a violação **sistemática** desses princípios, o que gera a necessidade da realização de **novos tratados e conferências** que defendam especificamente os direitos das mulheres.

No dia 2 de julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU votou por unanimidade a criação de um órgão único da ONU encarregado de acelerar os progressos para alcançar a igualdade de gênero e fortalecer a autonomia das mulheres. A ONU Mulheres trabalha com as premissas fundamentais de que as mulheres e meninas ao redor do mundo têm o direito a uma vida livre de discriminação, violência e pobreza, e de que a igualdade de gênero é um requisito central para se alcançar o desenvolvimento.

A ONU Mulheres defende a participação equitativa das mulheres em todos os aspectos da vida e enfoca cinco áreas prioritárias. Como:

- Aumentar a liderança e a participação das mulheres;
- Eliminar a violência contra as mulheres e meninas;
- Engajar as mulheres em todos os aspectos dos processos de paz e segurança;
- Aprimorar o empoderamento econômico das mulheres;
- Colocar a igualdade de gênero no centro do planejamento e dos orçamentos de desenvolvimento nacional.

O governo brasileiro reconhece as desigualdades de gênero. O III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres expressa claramente o compromisso do governo de incorporar a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas.

Sim, alcançamos importantes conquistas, a Lei Maria da Penha, a construção do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, são outros exemplos importantes.

Apesar disto o Brasil ainda é um país marcado por crescentes desigualdades sociais e econômicas diretamente relacionadas com o acesso desigual a oportunidades e discriminação de gênero.

As mulheres ainda sofrem com extrema pobreza, falhas no sistema de saúde, com a violência, que dificultam o exercício dos seus direitos humanos básicos. Situação esta, agravada entre as mulheres indígenas, rurais e afrodescendentes.

Em recente depoimento a ex-secretária de Estado americana, Hillary Clinton afirmou que **a igualdade das mulheres é a grande tarefa pendente para o século XXI** e defendeu situá-la como uma das prioridades na nova agenda global de desenvolvimento.

Eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres está na agenda/pauta mundial. **Estamos caminhando para a quarta conferência nacional de políticas para as mulheres.** O desejo de colocar um fim, plenamente, a todas as formas de violência e discriminação contra a mulher atinge hoje um número crescente de brasileiras e brasileiros e permeia diferentes setores de nossa sociedade.

A participação dos movimentos de mulheres, dos movimentos feministas e da sociedade civil organizada, que trilham com firmeza os caminhos abertos nos últimos anos é tão importante quanto o comprometimento do poder público.

Por isso, destacamos importância da BANCADA FEMININA. Queremos mais poder político para as mulheres e ter a representação da bancada feminina nesta casa é: sem sombra de dúvida democratizar o poder e assegurar equidade na formulação de políticas voltadas às mulheres. Neste sentido parabenizamos e desejamos persistência e perseverança a toda bancada feminina, para que sua representação, diálogo crítico, fortaleça a luta contra toda forma de preconceito, opressão e discriminação sofrida pelas mulheres.

Destacamos também as iniciativas constituídas das entidades comprometidas com a garantia do exercício do direito da mulher de viver como cidadã.

As organizações sociais, comprometidas com a garantia dos direitos das mulheres, tem como desafio a incorporação da melhoria do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade - econômica – política- cultural e social, tendo como indicador o empoderamento e a equidade de gênero nas formulações das políticas, programas, projetos/ações voltados às mulheres.

Nesta perspectiva estas entidades tem a responsabilidade de fazer o **controle social**, controlar as ações do Estado, fiscalizando, cobrando, reivindicando transparência e a publicização de resultados e destinação de recursos públicos voltados às políticas para as mulheres.

Precisamos avançar... Mudar o nosso olhar. Fazer com que os compromissos internacionais se transformem em medidas concretas em âmbito nacional ao mesmo tempo em que não podemos perder de vista as conquistas, as lutas para a construção de um padrão de desenvolvimento igualitário e sustentável e que garanta o pleno exercício da cidadania das mulheres no Brasil.

Para isso precisamos de lideranças fortalecidas e de entidades comprometidas.

Precisamos das mulheres na arena política, nos processos decisórios, na implementação de políticas públicas. Precisamos de Delegacias de Polícia para o atendimento as mulheres vítimas de violência, precisamos da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, para que a democracia deixe de ser inconclusa e passe a vigor de fato.

Obrigada.

Florianópolis, 11 de março de 2014.